

# **Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.**

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2025**

# Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

## Demonstrações contábeis

### Índice

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....	1
BALANÇO PATRIMONIAL .....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO .....	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	12

### Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL .....	13
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....	15
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	25
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	25
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	26
7	PARTES RELACIONADAS.....	27
8	IMOBILIZADO .....	28
9	INTANGÍVEL .....	29
10	ATIVOS DE CONTRATO .....	30
11	AVALIAÇÃO DE IMPAIRMENT .....	30
12	FORNECEDORES .....	32
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	33
14	DEBÊNTURES .....	34
15	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	36
16	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS.....	36
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO.....	37
18	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	38
19	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS .....	39
20	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS .....	40
21	RESULTADO FINANCEIRO.....	40
22	INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	40
23	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	45



**Shape the future  
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi  
Av. Washington Soares, 55  
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó  
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil  
Tel: +55 85 3392-5600  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.**  
Macapá - AP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras Informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



**Shape the future  
with confidence**

### *Reconhecimento da receita de serviços de água e esgoto distribuídos, mas não faturados*

As receitas de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas quando da aferição do volume consumido, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 5.765 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa no 6 às demonstrações contábeis.

A mensuração da receita não faturada foi considerada um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração Diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja estimada de forma precisa.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe com base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2026.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Diretoria consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Diretoria assim como as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### *Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível*

A Companhia possui ativo intangível e ativos de contrato da concessão nos montantes de R\$ 646.188 mil e R\$ 274.412 mil, respectivamente. O contrato de concessão da Companhia prevê o direito de exploração da infraestrutura e a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos aos consumidores em nome do poder concedente. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.4, 3.5, 9 e 10.

A capitalização de gastos nos ativos de contrato da concessão e intangível possui elevada subjetividade devido às naturezas diversas dos referidos gastos, os quais são capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. Dessa forma, referido tema foi considerado um assunto significativo para nossa auditoria.



**Shape the future  
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento da estrutura de controles internos e a avaliação dos critérios de classificação dos gastos como ativos de contrato da concessão e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes e (ii) teste das adições dos ativos de contrato da concessão para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e adequada classificação.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### *Teste de recuperabilidade de ativo intangível*

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future  
with confidence**

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



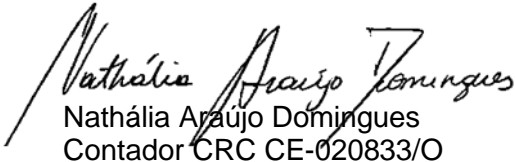
**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F

  
Nathália Araújo Domingues  
Contador CRC CE-020833/O

# Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.619	2.718
Aplicações financeiras	5	2.705	2.639
Contas a receber de clientes	6	67.524	43.733
Almoxarifado		5.813	4.954
Impostos e contribuições a recuperar		152	367
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		2.342	2.895
Outros créditos a receber		2.944	812
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>85.099</b>	<b>58.118</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	6	862	-
Impostos e contribuições a recuperar		63	1.290
Depósitos vinculados	16	5.089	2.501
Imobilizado	8	11.399	22.441
Intangível	9	654.479	893.463
Ativos de contrato	10	274.412	254.589
Direito de uso		6.656	10.824
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>952.960</b>	<b>1.185.108</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.038.059</b>	<b>1.243.226</b>

Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	31.241	46.851
Fornecedor risco do sacado	12.1	4.327	302
Empréstimos e financiamentos	13	228	352
Debêntures	14	-	127.506
Passivo de arrendamento		174	1.001
Impostos e contribuições a recolher		5.936	5.621
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		-	37
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		1.804	1.748
Participação nos lucros		5.329	6.861
Outras contas a pagar		795	383
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>49.834</b>	<b>190.662</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	134.511	134.478
Debêntures	14	1.204.500	1.331.164
Passivo de arrendamento		10.269	10.294
PIS e COFINS diferidos		831	-
Provisão para riscos judiciais	16	486	607
Outras contas a pagar		99	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.350.696</b>	<b>1.476.543</b>
<b>Patrimônio líquido negativo</b>			
Capital social	17	707.899	160.331
Reserva de capital		1.475	1.475
Prejuízos acumulados	17.1	(1.071.845)	(585.785)
<b>Total Patrimônio líquido negativo</b>		<b>(362.471)</b>	<b>(423.979)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido negativo</b>		<b>1.038.059</b>	<b>1.243.226</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	19	<b>206.367</b>	217.746
Custo de bens e serviços		<b>(43.374)</b>	(32.562)
Custo de construção		<b>(105.029)</b>	(126.736)
<b>Custos de bens, serviços e operação</b>	20	<b>(148.403)</b>	(159.298)
<b>Lucro bruto</b>		<b>57.964</b>	58.448
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	20	<b>(7.383)</b>	(9.038)
Despesas gerais e administrativas	20	<b>(47.047)</b>	(51.913)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	20	<b>(3.018)</b>	(31.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	<b>(311.789)</b>	(2.252)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(369.237)</b>	(94.252)
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido</b>		<b>(311.273)</b>	(35.804)
Receitas financeiras		<b>6.345</b>	9.512
Despesas financeiras		<b>(181.132)</b>	(175.629)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	22	<b>(174.787)</b>	(166.117)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(486.060)</b>	(201.921)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(486.060)</b>	(201.921)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	2025	2024
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(486.060)</b>	<b>(201.921)</b>
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>(486.060)</b>	<b>(201.921)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	100.000	1.296	(383.864)	(282.568)
Integralização de capital	60.331	-	-	60.331
Prejuízo do exercício	-	-	(201.921)	(201.921)
Pagamento baseado em ações - <i>Stock options</i>	-	179	-	179
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	160.331	1.475	(585.785)	(423.979)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	160.331	1.475	(585.785)	(423.979)
Integralização de capital	17.1	547.568	-	547.568
Prejuízo do exercício	-	-	(486.060)	(486.060)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	707.899	1.475	(1.071.845)	(362.471)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo no exercício</b>	<b>(486.060)</b>	<b>(201.921)</b>
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	5.271	2.473
Amortização do direito de concessão	26.946	26.946
Baixa de imobilizado e intangível	-	229
Provisão para redução ao valor recuperável	308.806	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.018	31.049
PIS e COFINS diferidos	831	-
Provisão para riscos judiciais	638	507
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	177.416	172.966
Rendimentos de aplicações financeiras	(824)	(6.428)
Valor justo das opções de compra	99	179
Provisão para participação nos lucros	1.739	4.678
<b>Subtotal</b>	<b>37.880</b>	<b>30.678</b>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:</b>		
Contas a receber de clientes	(28.122)	(36.385)
Depósitos judiciais	(2.588)	(2.501)
Almoxarifado	(859)	(1.192)
Impostos e contribuições a recuperar	1.442	(1.586)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	553	(112)
Outros créditos a receber	(1.681)	(739)
Fornecedores	(18.568)	16.753
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(4.700)	(7.417)
Impostos e contribuições a recolher	315	3.737
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(37)	(26)
Participação nos lucros	(3.271)	(578)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(759)	(308)
Outras contas a pagar	412	360
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(57.863)</b>	<b>(29.994)</b>
Juros recebidos de aplicações financeiras	773	6.428
Juros pagos	(53.717)	(33.321)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(72.927)</b>	<b>(26.209)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisições no ativo intangível	(1.396)	(10.128)
Aquisições no ativo imobilizado	(73)	(18.872)
Aquisições no ativo contratual	(92.622)	(114.043)
Resgate (aplicações) financeiras	(15)	9.373
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(94.106)</b>	<b>(133.670)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	547.568	60.331
Captação de debêntures	-	(240)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Captação de debêntures	-	-
Amortização de debêntures	(378.628)	(1.967)
Amortização do passivo de arrendamento	(1.006)	(1.149)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>167.934</b>	<b>56.975</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>901</b>	<b>(102.904)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.718	105.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.619	2.718
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>901</b>	<b>(102.904)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

### Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Serviços de saneamento básico	114.587	102.517
Receitas de construção	105.029	126.736
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.018)	(31.049)
<b>Subtotal</b>	<b>216.598</b>	<b>198.204</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(105.029)	(126.736)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(43.142)	(33.859)
Outras receitas (despesas)	(312.379)	(2.734)
<b>Subtotal</b>	<b>(460.550)</b>	<b>(163.329)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(243.952)</b>	<b>34.875</b>
Depreciação e amortização	(5.271)	(2.473)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>(249.223)</b>	<b>32.402</b>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.654	10.036
Amortização do direito de concessão	(26.946)	(26.946)
<b>Subtotal</b>	<b>(20.292)</b>	<b>(16.910)</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(269.515)</b>	<b>15.492</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	10.846	19.310
Benefícios	4.324	3.962
FGTS	1.174	1.474
Outros	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>16.344</b>	<b>24.746</b>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	17.390	16.064
<b>Subtotal</b>	<b>17.390</b>	<b>16.064</b>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	176.162	171.648
Aluguéis	1.679	974
Outros	4.970	3.981
<b>Subtotal</b>	<b>182.811</b>	<b>176.603</b>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(486.060)	(201.921)
<b>Subtotal</b>	<b>(486.060)</b>	<b>(201.921)</b>
<b>Valor adicionado</b>	<b>(269.515)</b>	<b>15.492</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

A Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. ("Companhia" ou "CSA"), é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos III S.A. ("Equatorial Participações III"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. Constituída em 21 de dezembro de 2021, a Companhia esteve em fase de operação assistida até 12 de julho de 2022, iniciando suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022, com objeto único e exclusivo de exploração dos serviços de captação, tratamento, distribuição e abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de atividades acessórias ou associadas previstas, atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 96.415(\*) consumidores em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão, celebrado entre o Poder Concedente e a Companhia.

(\*) referente ao total de consumidores. Informação não auditada.

### 1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá (Contrato de concessão), assinado em 25 de outubro de 2021, foi celebrado entre o Estado do Amapá (Estado) e a Companhia e possui vencimento em 12 de julho de 2057, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

### 1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia foi constituída em dezembro de 2021 e esteve em fase de operação assistida até julho de 2022, de forma que os resultados apurados foram melhores que o esperado, frente ao desafio para a construção e entrada em operação da empresa, assumindo após essa data a concessão plena dos serviços de água e esgoto no Amapá, buscando entregar qualidade aos usuários do sistema.

A Companhia apresentou prejuízo líquido em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 486.060 (prejuízo de R\$ 201.921 em 31 de dezembro de 2024), patrimônio líquido negativo de R\$ 362.471 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 423.979 em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante positivo de R\$ 35.265 (R\$ 132.544 negativos em 31 de dezembro de 2024). No entanto, com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Priorização de investimentos com impacto em geração de receita, aumento de arrecadação, combate as perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhora do fluxo de caixa da Companhia;
- (ii) Prospecção de novos consumidores, visando o aumento da base atual;
- (iii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate as perdas; e
- (iv) Manutenção do suporte financeiro, através da controladora final Equatorial S.A., para sua continuidade operacional.

A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

### 1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032. A reforma substitui os tributos PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação da demonstração contábil. Desta

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

### 2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Contas a receber de clientes	6	Estimativas dos montantes da receita sobre a serviços de abastecimento, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	3.11 e 6.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Intangível	3..4.2 e 9	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	3.5 e 10	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Provisão para riscos judiciais	3.12 e 16	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Transações de pagamentos baseados em ação - <i>Phantom Shares</i>	3.9.1 e 18	Mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo.
Receita operacional líquida	3.1 e 19	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.10 e 23	Julgamentos e estimativas na mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a determinação de valor justo, especialmente para instrumentos não cotados e derivativos, assim como premissas relacionadas a risco de crédito, taxas de mercado e modelos de precificação.

## 3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.16 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

### 3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz e a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida o cliente obtém os serviços contratados.

A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir:

- (i) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário: compreende a obrigação de desempenho, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. Além disso, a Companhia reconhece a parcela de receita ainda não faturada que correspondente ao período entre a data da última aferição e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a água e esgotamento sanitário foram consumidas;
- (ii) Receita de construção: reconhecida com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que a eventual margem é próxima a zero;
- (iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto: refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento.

### 3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

### 3.3 Almoxarifado

A Companhia reconhece saldos de estoques tanto no ativo circulante, como nos ativos de contrato que contempla os estoques para obras.

Os estoques são demonstrados ao custo, avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

### 3.4 Ativo intangível

#### 3.4.1 Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia reconhece como um ativo intangível valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão, conforme CPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão e OCPC 05 – Contratos de concessão.

Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato, não sendo essa infraestrutura contabilizada como um ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da referida infraestrutura.

Nos termos dos contratos de concessão, dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro, sendo reconhecido um ativo intangível quando o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos ou é reconhecido um ativo financeiro à medida em que se tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a companhia efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; e para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

### 3.4.2 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

### 3.5 Ativos de contrato

Os Ativos de Contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição.

### 3.6 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 3.7 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 - Custo de Empréstimos. Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### 3.8 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que serão recebidas e de que todas as condições a elas vinculadas serão atendidas. Os benefícios relacionados a despesas são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo do período do benefício. Aqueles vinculados a ativos são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado linearmente ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. Benefícios não monetários são registrados pelo valor nominal e reconhecidos no resultado ao longo da vida útil do bem, em prestações anuais iguais.

#### 3.8.1 Benefícios fiscais

A Companhia de Saneamento do Amapá (CSA) obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), nos termos da Lei nº 11.488/2007, que concede a suspensão de PIS e à COFINS nas aquisições de bens e serviços destinados às obras de infraestrutura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme os Atos Declaratórios Executivos DRF nº 185/2024 e nº 16/2022.

### 3.9 Benefícios a empregados

#### 3.9.1 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (Controladora indireta da Companhia), concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia.

A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação.

### 3.10 Capital social

#### 3.10.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

### 3.11 Instrumentos financeiros

#### 3.11.1 Ativos financeiros

##### (a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

##### (b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

### (c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### (d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### 3.11.2 Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### 3.11.3 Desreconhecimento

#### (a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### (b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### 3.11.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.12 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

#### 3.12.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 23.3 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

#### 3.12.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificara ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

#### 3.12.3 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 24 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores. Para a Companhia, a estimativa é baseada no histórico de recebimento dos últimos três anos, correspondente ao período de concessão. A metodologia pode ser ajustada por fatores prospectivos relevantes, quando aplicável.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A CSA entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação.

#### 3.12.4 Ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu

valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (pre-tax).

Para fins de aplicação do CPC 01/IAS 36, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

### 3.13 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.14 Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3.15 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia reconhece que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem:

- Vida útil ativos intangíveis: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

### 3.16 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

#### 3.16.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

#### 3.16.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade  Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria.  O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam IFRS 1, IFRS 7 (e sua orientação), IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo.	01/01/2026
---	---	------------

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>1.152</b>	<b>317</b>
<b>Equivalentes de caixa</b>		
<b>Aplicação direta</b>		
Operações compromissadas	2.467	2.401
<b>Total</b>	<b>3.619</b>	<b>2.718</b>

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no período findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 91,29% do CDI (96% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

### 5 Aplicações financeiras

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
<b>Fundos de investimento</b>		
Cotas de fundos de investimento	2.294	2.142
<b>Fundo Aberto</b>	<b>411</b>	<b>497</b>
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b>2.705</b>	<b>2.639</b>

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeira da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 99,01% do CDI (95,65% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



## 6 Contas a receber de clientes

### 6.1 Composição de saldos

	2025				2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	1.228	10.614	82.494	94.336	1.475	10.372	64.793	76.640
Industrial	1	2	3	6	1	3	13	17
Comercial	426	667	5.679	6.772	406	778	4.491	5.675
Serviço público	1.035	1.444	2.806	5.285	404	1.118	1.241	2.763
Contas a receber de serviços de água	2.690	12.727	90.982	106.399	2.286	12.271	70.538	85.095
Residencial	81	1.286	5.702	7.069	363	1.168	4.318	5.849
Industrial	-	-	-	-	-	-	4	4
Comercial	441	302	2.113	2.856	394	329	1.555	2.278
Serviço público	495	415	162	1.072	282	452	143	877
Contas a receber de serviços de esgoto	1.017	2.003	7.977	10.997	1.039	1.949	6.020	9.008
Residencial	6.942	1.088	2.525	10.555	5.079	692	1.375	7.146
Comercial	322	52	204	578	408	66	149	623
Serviço público	1.951	95	563	2.609	1.185	148	61	1.394
Parcelamento (Renegociações)	9.215	1.235	3.292	13.742	6.672	906	1.585	9.163
Contas a receber de consumidores a faturar (a)	5.765	-	-	5.765	5.885	-	-	5.885
(-) Arrecadação em processo de classificação	(29)	-	-	(29)	(420)	-	-	(420)
Outros	38	(27)	(32)	(21)	-	-	-	-
Subtotal	18.696	15.938	102.219	136.853	15.462	15.126	78.143	108.731
(-) PECLD	(3.199)	(6.108)	(59.160)	(68.467)	(3.828)	(7.261)	(53.909)	(64.998)
<b>Total contas a receber de clientes</b>	<b>15.497</b>	<b>9.830</b>	<b>43.059</b>	<b>68.386</b>	<b>11.634</b>	<b>7.865</b>	<b>24.234</b>	<b>43.733</b>
Circulante				67.524				43.733
Não circulante				862				-

(a) Corresponde ao serviço de água e esgoto distribuído, mas não faturado para consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil.

### 6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2024	(Provisões) / Reversões (a)	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(60.602)	(3.662)	(64.264)
Parcelamentos	(2.964)	(59)	(3.023)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.432)	252	(1.180)
<b>Total</b>	<b>(64.998)</b>	<b>(3.469)</b>	<b>(68.467)</b>
	2023	(Provisões) / Reversões (a)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(24.994)	(25.608)	(60.602)
Parcelamentos	-	(2.964)	(2.964)
Contas a receber de consumidores não faturados	-	(1.432)	(1.432)
<b>Total</b>	<b>(34.994)</b>	<b>(30.004)</b>	<b>(64.998)</b>

(a) A movimentação líquida do período, resultou em uma provisão, no montante de R\$ 3.469, com impacto no resultado operacional de R\$ 3.469, conforme notas explicativas nº 20 – Custos do serviço e despesas operacionais.

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas com as empresas descritas abaixo:

	Notas	2025		2024	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)
<b>Clientes</b>					
Companhia de Eletricidade do Amapá. – CEA	(a)	23	262	-	-
<b>Total</b>		<b>23</b>	<b>262</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores</b>					
Equatorial Serviços S.A.	(b)	(276)	(1.299)	(907)	(1.439)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(c)	(266)	(1.870)	(486)	(1.742)
Companhia de Eletricidade do Amapá. – CEA	(d)	(1.169)	(12.996)	(13)	(80)
Equatorial Renováveis S.A.	(e)	(240)	(3.153)	(1.437)	(4.288)
<b>Total</b>		<b>(1.951)</b>	<b>(19.318)</b>	<b>(2.843)</b>	<b>(7.549)</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>					
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(c)	(9.928)	(1.158)	(9.953)	1.063
Companhia de Eletricidade do Amapá. – CEA	(d)	(515)	(57)	(472)	(55)
<b>Total</b>		<b>(10.443)</b>	<b>(1.215)</b>	<b>(10.425)</b>	<b>1.008</b>

(a) O valor refere-se à prestação de serviços de saneamento básico, fornecimento de água e coleta de esgoto;

(b) Os valores são oriundos de prestação de serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas;

(c) O valor corresponde ao termo de cessão oneroso de aluguel da usina fotovoltaica;

(d) O valor corresponde ao termo de cessão oneroso de aluguel da sede administrativa, agências e faturas de energia elétrica da CSA; e

(e) O valor corresponde a venda de energia e serviços prestados de representação comercial na CCEE.

#### 7.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 3.200 (R\$ 6.200 em 31 de dezembro de 2024), conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; d) remuneração baseada em ações.

	2025	2024
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>1.139</b>	<b>469</b>
Salário ou Pró-labore	1.100	455
Benefícios diretos e indiretos	39	14
<b>Remuneração variável</b>	<b>1.256</b>	<b>-</b>
<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>99</b>	<b>-</b>
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>2.494</b>	<b>469</b>

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 7.2 Garantias

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais..

## 8 Imobilizado

O imobilizado está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	2025		Valor líquido
			Depreciação Acumulada	Perda por redução do valor recuperável	
<b>Em uso</b>					
Máquinas e equipamentos	16%	7.063	(711)	(1.999)	4.353
Móveis e utensílios	7%	11	-	(4)	7
Edificações	0%	7.621	-	(2.398)	5.223
Veículos	10%	3.677	(1.027)	(834)	1.816
<b>Total</b>		<b>18.372</b>	<b>(1.738)</b>	<b>(5.235)</b>	<b>11.399</b>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	2024		Valor líquido
			Depreciação Acumulada		
<b>Em uso</b>					
Máquinas e equipamentos	19%	1.149	(358)		791
Veículos	10%	3.368	(617)		2.751
<b>Subtotal</b>		<b>4.517</b>	<b>(975)</b>		<b>3.542</b>
<b>Em Curso</b>					
Máquinas e equipamentos		18.178	-		18.178
Móveis e utensílios		401	-		401
Edificações		309	-		309
Veículos		11	-		11
<b>Subtotal</b>		<b>18.899</b>	<b>-</b>		<b>18.899</b>
<b>Total</b>		<b>23.416</b>	<b>(975)</b>		<b>22.441</b>

### 8.1 Movimentação do imobilizado

						Perda por redução do valor recuperável	2025
	2024	Adições	Transferência	Depreciação	Outros		
<b>Em uso</b>							
Máquinas e equipamentos	791	-	5.914	(353)	-	(1.999)	4.353
Edificações	-	-	7.621	-	-	(2.398)	5.223
Veículos	2.751	-	309	(410)	-	(834)	1.816
Móveis e utensílios	-	-	11	-	-	(4)	7
<b>Subtotal</b>	<b>3.542</b>	<b>-</b>	<b>13.855</b>	<b>(763)</b>	<b>-</b>	<b>(5.235)</b>	<b>11.399</b>
<b>Em Curso</b>							
Máquinas e equipamentos	18.178	-	(5.914)	-	(12.264)	-	-
Móveis e utensílios	11	-	(11)	-	-	-	-
Edificações	401	73	(7.621)	-	7.147	-	-
Veículos	309	-	(309)	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>18.899</b>	<b>73</b>	<b>(13.855)</b>	<b>-</b>	<b>(5.117)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>22.441</b>	<b>73</b>	<b>-</b>	<b>(763)</b>	<b>(5.117)</b>	<b>(5.235)</b>	<b>11.399</b>

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	2023	Adições	Depreciação	Outros	2024
<b>Em uso</b>					
Máquinas e equipamentos	927	-	(140)	4	791
Veículos	3.122	-	(340)	(31)	2.751
<b>Subtotal</b>	<b>4.049</b>	<b>(480)</b>	<b>(480)</b>	<b>(27)</b>	<b>3.542</b>
<b>Em Curso</b>					
Máquinas e equipamentos	-	18.182	-	(4)	18.178
Móveis e utensílios	-	11	-	-	11
Edificações	-	401	-	-	401
Veículos	-	278	-	31	309
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>18.872</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>18.899</b>
<b>Total</b>	<b>4.049</b>	<b>18.392</b>	<b>(480)</b>	<b>-</b>	<b>22.441</b>

## 9 Intangível

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2025				Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Perda por redução ao valor recuperável	
<b>Intangíveis decorrentes de:</b>						
Contratos de concessão						
Gastos com outorga	2,88%	858.690	(90.854)	-	(246.175)	521.661
Outros gastos da concessão	3,98%	439.698	(165.328)	(103.828)	(53.067)	117.475
Softwares	20%	17.537	(921)	-	(1.273)	15.343
<b>Total</b>		<b>1.315.925</b>	<b>(257.103)</b>	<b>(103.828)</b>	<b>(300.515)</b>	<b>654.479</b>

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2024				Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Perda por redução ao valor recuperável	
<b>Intangíveis decorrentes de:</b>						
Contratos de concessão						
Gastos com outorga	2,88%	943.104	(66.392)	-	-	876.712
Outros gastos da concessão	1,95%	270.078	(155.090)	(108.865)	(108.865)	6.123
Softwares	20%	11.024	(396)	-	-	10.628
<b>Total</b>		<b>1.224.206</b>	<b>(221.878)</b>	<b>(108.865)</b>	<b>(108.865)</b>	<b>893.463</b>

### 9.1 Movimentação do intangível

	2024	Adições	Transferências - Ativo de contrato	Transferências	Outros	Perda por redução ao valor recuperável (a)	2025
<b>Em Serviço</b>							
Contratos de concessão	1.213.182	-	85.206	-	-	(299.242)	999.146
(-) Amortização	(221.482)	(34.700)	-	-	-	-	(256.182)
Total contratos de concessão	991.700	(34.700)	85.206	-	-	(299.242)	742.964
Softwares	1.079	-	-	4.275	-	(1.273)	4.081
(-) Amortização	(396)	(525)	-	-	-	-	(921)
Total de softwares	683	(525)	-	4.275	-	(1.273)	3.160
Obrigações especiais	(263.669)	-	-	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	154.804	5.037	-	-	-	-	159.841
Total em obrigações especiais	(108.865)	5.037	-	-	-	-	(103.828)
Subtotal	883.518	(30.188)	85.206	4.275	-	(300.515)	642.296
<b>Em Curso</b>							
Softwares	9.945	1.396	-	(4.275)	5.117	-	12.183
Subtotal	9.945	1.396	-	(4.275)	5.117	-	12.183
<b>Total Ativo Intangível</b>	<b>893.463</b>	<b>(28.792)</b>	<b>85.206</b>	<b>-</b>	<b>5.117</b>	<b>(300.515)</b>	<b>654.479</b>

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	2023	Adições	Baixas	Transferências – Ativo de contrato	2024
<b>Em Serviço</b>					
Contratos de concessão	1.206.773	-	(229)	6.638	1.213.182
(-) Amortização	(189.193)	(32.003)	-	(286)	(221.482)
<b>Total contratos de concessão</b>	<b>1.017.580</b>	<b>(32.003)</b>	<b>(229)</b>	<b>6.352</b>	<b>991.700</b>
Softwares	896	-	-	183	1.079
(-) Amortização	(149)	(533)	-	286	(396)
<b>Total de softwares</b>	<b>747</b>	<b>(533)</b>	<b>-</b>	<b>469</b>	<b>683</b>
Obrigações especiais	(263.669)	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	149.747	5.057	-	-	154.804
<b>Total em obrigações especiais</b>	<b>(113.922)</b>	<b>5.057</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(108.865)</b>
<b>Subtotal</b>	<b>904.405</b>	<b>(27.479)</b>	<b>(229)</b>	<b>6.821</b>	<b>883.518</b>
<b>Em Curso</b>					
Softwares	-	10.128	-	(183)	9.945
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>10.128</b>	<b>-</b>	<b>(183)</b>	<b>9.945</b>
<b>Total Ativo Intangível</b>	<b>904.405</b>	<b>(17.351)</b>	<b>(229)</b>	<b>6.638</b>	<b>893.463</b>

(a) A Companhia verificou a necessidade de eventuais reconhecimentos de perdas na realização de ativos (*impairment*) para o encerramento das demonstrações contábeis do exercício de 2025, conforme detalhado na nota 11 – Avaliação de *impairment* e nota 21 – outras receitas (despesas) operacionais.

## 10 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2024	Adições (a)	Transferências	2025
Ativos de contrato da concessão	254.589	105.029	(85.206)	274.412
<b>Total</b>	<b>254.589</b>	<b>105.029</b>	<b>(85.206)</b>	<b>274.412</b>

	2023	Adições (a)	Transferências	2024
Ativos de contrato da concessão	134.491	126.736	(6.638)	254.589
<b>Total</b>	<b>134.491</b>	<b>126.736</b>	<b>(6.638)</b>	<b>254.589</b>

(a) O montante de R\$ 105.029 refere-se às adições líquidas do ativos de contrato reconhecidas no período, em que R\$ 92.622 impactou o caixa da Companhia, R\$ 6.983 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 4.756 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 668 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos (ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos), conforme nota explicativa nº 24.1 – Transações que não afetam caixa.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois eles serão remunerados, a partir da entrada em serviço, pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público ao final da concessão. Dessa forma, não foram identificados indicativos de perda ao valor recuperável do ativo, que resultasse em uma constituição de provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 11 – Avaliação de *impairment*.

## 11 Avaliação de *impairment*

### 11.1 Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida

A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de sua unidade geradora de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



líquido negativo, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

A Companhia apresentou valor recuperável de R\$ 946.946, e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de 32 anos, referente ao prazo remanescente da concessão. Como resultado dessa análise, a Administração reconheceu a redução ao valor recuperável no montante de R\$ 308.806, registrado em outras despesas operacionais, sendo R\$ 5.235 com impacto no imobilizado, R\$ 300.515 com impacto no intangível e 3.056 com impacto no ativo de direito de uso, em 31 de dezembro de 2025 (não houve provisão registrada em 31 de dezembro de 2024).

### 11.2 Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos

#### (a) Taxa de desconto:

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão (33 anos).

A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC).

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

A taxa de desconto utilizada, antes dos impostos, foi de 12,82% em 31 de dezembro de 2025 (8,19% em 31 de dezembro de 2024).

#### (b) Sensibilidade:

As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação de alterações razoavelmente possíveis nas premissas o valor do fluxo de caixa pode ser alterado, impactando no valor recuperável estimado.

#### (c) Mercado/Receita

A receita da Companhia foi projetada em base real (sem inflação), de acordo com as estimativas de crescimento populacional e atingimento dos indicadores de cobertura para universalização, de

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



acordo com o contrato de concessão, sendo 99% para água em 2033 e 90% para esgoto em 2040 e consumo médio com base no histórico Brasil.

### (d) Tarifa

A tarifa da Companhia é dada pelo contrato de concessão, não sofrendo alteração na base real (sem inflação), pois todos os componentes para reajuste da tarifa estão atrelados à indicadores de inflação (ICC, IPA, INCC e Custo Energia Elétrica).

### (e) Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança no curto prazo. Para o longo prazo considerou-se dados históricos da Equatorial e benchmarking realizado com o mercado de saneamento.

## 12 Fornecedores

	2025	2024
Materiais e serviços (a)	29.290	44.008
Partes relacionadas	1.951	2.843
<b>Total</b>	<b>31.241</b>	<b>46.851</b>

(a) A composição deve-se substancialmente às despesas de material e serviço, referentes ao custeio operacional e investimento na área de concessão da Companhia.

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 35 dias (54 dias em 31 de dezembro de 2024).

### 12.1 Fornecedores – Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre, a critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 4.327 (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2024). Esses valores foram integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o fornecedor recebe imediatamente o valor da fatura, não havendo, portanto, obrigações a pagar mantidas pelo operador do FIDC.

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 8.936 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.449 em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio de pagamentos destes títulos é de 56 dias (51 dias em 31 de dezembro de 2024).

### 13 Empréstimos e financiamentos

#### 13.1 Composição dos saldos

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
IPCA	De 1,68% a 2,05%	263	135.256	135.519
(-) Custo de transação		(35)	(745)	(780)
<b>Total moeda nacional</b>		<b>228</b>	<b>134.511</b>	<b>134.739</b>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<b>228</b>	<b>134.511</b>	<b>134.739</b>

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
IPCA	De 1,68% a 2,05%	387	135.256	135.643
(-) Custo de transação		(35)	(778)	(813)
<b>Total moeda nacional</b>		<b>352</b>	<b>134.478</b>	<b>134.830</b>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<b>352</b>	<b>134.478</b>	<b>134.830</b>

#### 13.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	266	134.670	134.936
Encargos	9.510	-	9.510
Transferência	(48)	48	-
Pagamento de juros	(9.404)	-	(9.404)
Custo de transação (a)	28	(240)	(212)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>352</b>	<b>134.478</b>	<b>134.830</b>
Encargos	9.192	-	9.192
Transferência	(35)	35	-
Pagamento de juros	(9.316)	-	(9.316)
Custo de transação (a)	35	(2)	33
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>228</b>	<b>134.511</b>	<b>134.739</b>

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 13.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2025	
	Valor	%
<b>Circulante</b>	<b>228</b>	<b>0%</b>
2028	6.199	5%
2029	6.763	5%
2030	6.763	5%
De 2031 a 2048	115.531	86%
Subtotal	135.256	101%
(-) Custo de transação (não circulante)	(745)	-1%
<b>Não circulante</b>	<b>134.511</b>	<b>100%</b>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	<b>134.739</b>	<b>100%</b>

## 14 Debêntures

### 14.1 Composição do saldo

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	2025	
		Principal e encargos	
		Não circulante	Total
IPCA	6,79% a.a	1.210.247	1.210.247
(-) Custo de transação		(5.747)	(5.747)
<b>Total moeda nacional</b>		<b>1.204.500</b>	<b>1.204.500</b>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<b>1.204.500</b>	<b>1.204.500</b>

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos		Total
		Circulante	Não circulante	
CDI	1,55% a.a	128.168	252.419	380.587
IPCA	6,79% a.a	-	1.085.374	1.085.374
Subtotal		128.168	1.337.793	1.465.961
(-) Custo de transação		(662)	(6.629)	(7.291)
<b>Total moeda nacional</b>		<b>127.506</b>	<b>1.331.164</b>	<b>1.458.670</b>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<b>127.506</b>	<b>1.331.164</b>	<b>1.458.670</b>

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 14.2 Movimentação de debêntures

	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	358.040	962.871	1.320.911
Encargos	45.061	69.683	114.744
Transferências	(253.451)	253.451	-
Pagamento de juros	(23.061)	-	(23.061)
Variação monetária	-	47.126	47.126
Custo de transação (b)	917	(1.967)	(1.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	127.506	1.331.164	1.458.670
Encargos	<b>41.611</b>	<b>80.394</b>	<b>122.005</b>
Transferências	<b>251.502</b>	<b>(251.502)</b>	-
Amortização principal (a)	<b>(378.628)</b>	-	<b>(378.628)</b>
Pagamento de juros (a)	<b>(43.569)</b>	-	<b>(43.569)</b>
Variação monetária	-	<b>44.479</b>	<b>44.479</b>
Custo de transação (b)	<b>1.578</b>	<b>(35)</b>	<b>1.543</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>1.204.500</b>	<b>1.204.500</b>

(a) Em 07 de novembro de 2025, ocorreu resgate antecipado da 1ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 268.841, sendo R\$ 252.419 de amortização de principal e R\$ 16.422 de pagamento de juros; e

(b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

### 14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2025	
	Valor	%
2028	<b>274.737</b>	<b>23%</b>
2029	<b>38.980</b>	<b>3%</b>
2030	<b>38.980</b>	<b>3%</b>
De 2031 até 2052	<b>857.550</b>	<b>71%</b>
Subtotal	<b>1.210.247</b>	<b>100%</b>
(-) Custo de transação (Não circulante)	<b>(5.747)</b>	<b>0%</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.204.500</b>	<b>100%</b>
<b>Total de Debêntures</b>	<b>1.204.500</b>	<b>100%</b>

### 14.4 Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	2ª emissão debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	<b>2,6</b>

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

## 15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### 15.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	(486.060)	(486.060)	(201.921)	(201.921)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	121.515	43.745	50.480	18.173
<b>Ajustes que afetaram o cálculo de tributos sobre o lucro</b>				
Outras adições (reversões) permanentes	(44)	(20)	(497)	(9)
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(121.471)	(43.725)	(49.983)	(18.164)
<b>IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado</b>	-	-	-	-

### 15.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia ainda não constituiu impostos diferidos sobre base negativa, prejuízos fiscais e diferenças temporárias, pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 236.955 (R\$ 178.329 em 31 de dezembro de 2024), ainda não reconhecidos, de impostos diferidos sobre prejuízo fiscais acumulados e base negativa de contribuição social.

	2025		2024	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	695.734	173.933	523.293	130.823
Base negativa de CSLL	700.236	63.022	527.840	47.506
<b>Total</b>	<b>1.395.970</b>	<b>236.955</b>	<b>1.051.133</b>	<b>178.329</b>

## 16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhista, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis em curso, conforme demonstrado:

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cível	486	5.089	607	2.501
<b>Total</b>	<b>486</b>	<b>5.089</b>	<b>607</b>	<b>2.501</b>
Não circulante	486	5.089	607	2.501

### 16.1 Movimentação dos processos do exercício

	2024	2025				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	
Cível	607	868	(747)	(290)	48	486
Trabalhista	-	12	(12)	-	-	-
<b>Total de provisões</b>	<b>607</b>	<b>880</b>	<b>(759)</b>	<b>(290)</b>	<b>48</b>	<b>486</b>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;  
(2) Reversões realizadas durante o período; e  
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Além dos processos provisionados, existem processos cujo prognóstico de perda foi avaliado como possível pela Administração, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 212 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2024), para os quais não foram constituídas provisões.

### 16.2 Cível

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos cíveis, cuja prognóstico de perda foi avaliada como possível pela Administração no montante de R\$ 96 (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foram constituídas provisões.

### 16.3 Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cujo prognóstico de perda foi considerado possível, no montante de R\$ 116 (R\$ 35 em 31 de dezembro de 2024).

## 17 Patrimônio Líquido Negativo

### 17.1 Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 707.899 (R\$ 160.331 em 31 de dezembro de 2024). O capital subscrito é de R\$ 1.032.374 (um bilhão, trinta e dois mil, trezentos e setenta e quatro milhões de reais) e o capital a integralizar é de R\$ 608.315 (seiscentos e oito mil, trezentos e quinze reais). A composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2025	
	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	73.663.894.706	92,06%
SAM Ambiental e Engenharia S.A. ("SAM")	6.350.650.648	7,94%
<b>Total</b>	<b>80.014.545.354</b>	<b>100%</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o aumento de capital foi de R\$ 817.333, com emissão de 79.799.504.574 (setenta e nove bilhões, setecentos e noventa e nove milhões, quinhentos e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



valor nominal, conforme atas de Reunião do Conselho de Administração de 24 de abril de 2025 e 13 de junho de 2025.

### 17.2 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 1.071.845 (R\$ 585.785 em 31 de dezembro de 2024). O aumento no saldo ocorreu devido ao prejuízo no exercício no montante de R\$ 486.060 (R\$ 201.921 em 31 de dezembro de 2024).

## 18 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivos de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

### 18.1 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui um contrato ativo de "Phantom shares" referente ao ano de 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de performance fossem atingidas, considerando todos os programas ativos:

<i>Em ações</i>	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	2025	2025
Existentes em 1º de janeiro	-	-
Outorgadas durante o exercício	11.505	-
<b>Existentes ao fim do exercício</b>	<b>11.505</b>	<b>38,41</b>

O plano de 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa provisão de R\$ 99 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 19 Receita operacional líquida

	2025	2024
<b>Receita de prestação de serviços</b>		
Serviços de abastecimento de água e serviço de esgoto (a)	107.984	95.871
Receita de construção	105.029	126.736
Outras receitas	6.603	6.646
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>219.616</b>	<b>229.253</b>
<b>Deduções da receita</b>		
PIS e COFINS	(9.885)	(9.497)
PIS e COFINS diferidos	(831)	-
Encargos do consumidor	(2.533)	(2.010)
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(13.249)</b>	<b>(11.507)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>206.367</b>	<b>217.746</b>

(a) A Companhia passou por processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) em que as tarifas de aplicação e os valores relativos aos serviços complementares da CSA, constantes na Resolução da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá - ARSAP Nº 008, de 30 de julho de 2025, ficaram reajustados em 8,11%, em consonância à Resolução nº 008, de 30 de julho de 2025, com efeito a partir de 30 de agosto de 2025.

### 20 Custos do serviço e despesas operacionais

	2025				Total
	Custo de bens e serviços	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	
Pessoal	(10.388)	(2.236)	(7.552)	-	(20.176)
Materiais e insumos	(1.723)	(106)	(140)	-	(1.969)
Produtos químicos	(7.505)	-	-	-	(7.505)
Serviços de terceiros	(7.685)	(5.028)	(6.849)	-	(19.562)
Energia elétrica	(14.366)	-	(2.355)	-	(16.721)
Custo de construção	(105.029)	-	-	-	(105.029)
PECLD – nota explicativa 6.2	-	-	-	(3.469)	(3.469)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(590)	-	(590)
Amortização	(1.807)	-	(30.410)	-	(32.217)
Outros	100	(13)	849	451	1.387
<b>Total</b>	<b>(148.403)</b>	<b>(7.383)</b>	<b>(47.047)</b>	<b>(3.018)</b>	<b>(205.851)</b>

	2024				Total
	Custo de bens e serviços	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	
Pessoal	(9.633)	(2.215)	(16.931)	-	(28.779)
Materiais e insumos	(1.286)	(7)	(235)	-	(1.528)
Produtos químicos	(7.595)	-	-	-	(7.595)
Serviços de terceiros	(2.765)	(6.736)	(4.726)	-	(14.227)
Energia elétrica	(12.694)	-	-	-	(12.694)
Custo de construção	(126.736)	-	-	-	(126.736)
PECLD – nota explicativa 6.2	-	-	-	(30.004)	(30.004)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(482)	-	(482)
Amortização	(462)	-	(28.957)	-	(29.419)
Outros	1.873	(80)	(582)	(1.045)	166
<b>Total</b>	<b>(159.298)</b>	<b>(9.038)</b>	<b>(51.913)</b>	<b>(31.049)</b>	<b>(251.298)</b>

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais	2025	2024
Outras receitas operacionais (a)	4.794	404
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>4.794</b>	<b>404</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(1.977)	-
Indenização por danos a terceiros	(240)	(131)
Outras despesas operacionais (c)	(314.366)	(2.525)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(316.583)</b>	<b>(2.656)</b>
<b>Total outras despesas operacionais, líquidas</b>	<b>(311.789)</b>	<b>(2.252)</b>

(a) Refere-se as sobras de inventário decorrentes de desmobilização para a alteração de parceiro de gestão logística;

(b) São desativações e remoções de ramais irregulares e obsoletos; e

(c) A variação refere-se à avaliação de *impairment* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Para maiores detalhes vide nota 11 – Avaliação de *impairment*.

### 22 Resultado financeiro

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas de aplicações financeiras (a)	2.752	6.428
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(309)	(524)
Acréscimo moratório	3.138	3.106
Outras receitas financeiras	764	502
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>6.345</b>	<b>9.512</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos da dívida (b)	(131.681)	(124.773)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(44.479)	(46.911)
Atualização de contingências	(48)	(25)
Descontos concedidos	(653)	(386)
Juros de direito de uso – CPC O6	(1.256)	(1.282)
Outras despesas financeiras	(3.015)	(2.252)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(181.132)</b>	<b>(175.629)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(174.787)</b>	<b>(166.117)</b>

(a) A variação negativa nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, da redução de 48,4% no saldo médio de caixa e aplicações financeiras da Companhia, na comparação entre 2025 e 2024; e

(b) Nas rubricas de encargos e variação monetária da dívida, observou-se aumento decorrente, principalmente, da combinação dos efeitos do IPCA e do CDI. O IPCA passou a ser o único indexador da dívida no encerramento de 2025. Já o CDI, que corrigiu a dívida durante grande parte do exercício, apresentou variação relevante, acumulando 14,32% até dezembro de 2025, em comparação aos 10,88% acumulados até dezembro de 2024.

### 23 Instrumentos financeiros

#### 23.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a seguir: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

### 23.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

#### (a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e depósitos bancários	-	Custo amortizado	1.152	1.152	317	317
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	2.467	2.467	2.401	2.401
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	2.705	2.705	2.639	2.639
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	68.386	68.386	43.733	43.733
<b>Total do ativo</b>			<b>74.710</b>	<b>74.710</b>	<b>49.090</b>	<b>49.090</b>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	31.241	31.241	46.851	46.851
Fornecedores risco sacado	-	Custo amortizado	4.327	4.327	302	302
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	10.443	10.443	11.295	11.295
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	134.739	134.739	134.830	135.643
Debêntures	-	Custo amortizado	1.204.500	1.010.265	1.458.670	1.295.481
<b>Total do passivo</b>			<b>1.385.250</b>	<b>1.191.015</b>	<b>1.651.948</b>	<b>1.489.572</b>

### 23.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 22.3 das Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

#### (a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

#### (i) Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 3.619 (R\$ 2.718 em 31 de dezembro de 2024), mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

#### (ii) Contas a receber de clientes

O contas a receber é composto pelas faturas de água e esgoto, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento dos serviços de água e esgoto vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação brasileira.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota explicativa nº 6 – Contas a receber de clientes. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

### (iii) Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil Bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	9.215	13,83%	1.080	3.706	20,47%	939
Vencidos 1 a 30	630	23,86%	150	6.990	36,16%	2.522
Vencidos 31 a 60	337	30,84%	104	4.251	38,03%	1.613
Vencidos 61 a 90	267	34,93%	93	3.488	46,66%	1.626
Vencidos 91 a 180	731	37,83% a 41,91%	291	9.903	52,10% a 52,15%	5.158
Vencidos 181 a 360	1.034	43,47% a 48,90%	480	18.652	52,15% a 55,26%	10.010
Vencidos acima de 361	1.528	49,70% a 62,22%	825	70.406	55,76 a 63,54	42.396
<b>Total</b>	<b>13.742</b>		<b>3.023</b>	<b>117.396</b>		<b>64.264</b>

### (iv) PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PCLD
A vencer	5.765	20,47%	1.180

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e financiamentos e nº 14 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### (i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	134.739	246.916	1.516	6.734	8.087	37.684	192.895
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	1.204.500	5.023.415	-	-	-	481.568	4.541.847
Fornecedores	31.241	31.241	14.949	243	-	-	16.049
Fornecedor risco sacado	4.327	4.327	4.327	-	-	-	-
<b>Total fornecedores</b>	<b>35.568</b>	<b>35.568</b>	<b>19.276</b>	<b>243</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.049</b>
Passivo de arrendamento	10.443	10.443	28	146	195	741	9.333
<b>Total</b>	<b>1.385.250</b>	<b>5.316.342</b>	<b>20.820</b>	<b>7.123</b>	<b>8.282</b>	<b>519.993</b>	<b>4.760.124</b>

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

### (b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(1.345.767)	(1.395.695)	(1.408.177)	(1.420.659)	(1.383.213)	(1.370.731)
<b>Total de passivos financeiros</b>		<b>(1.345.767)</b>	<b>(1.395.695)</b>	<b>(1.408.177)</b>	<b>(1.420.659)</b>	<b>(1.383.213)</b>	<b>(1.370.731)</b>
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(49.928)</b>	<b>(12.482)</b>	<b>(24.964)</b>	<b>12.482</b>	<b>24.964</b>
<b>Efeito líquido no resultado</b>			<b>(49.928)</b>	<b>(12.482)</b>	<b>(24.964)</b>	<b>12.482</b>	<b>24.964</b>
Referência para passivos financeiros <sup>1</sup>		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
IPCA (% 12 meses)		3,71%	4,46%	4,64%	5,57%	2,78%	1,86%

Fonte: B3

### (c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 14 – Debêntures.

### (d) Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

## 24 Demonstração dos fluxos de caixa

### 24.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

## Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	<u>Efeito não caixa</u>
<b>Atividades de investimento</b>	
Transferências entre ativos de contrato e intangível	85.206
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores	6.983
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento	4.756
<b>Total de atividades de investimento</b>	<b>96.945</b>
Capitalização de juros de empréstimos	668
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	154
<b>Total de atividades de financiamento</b>	<b>822</b>
<b>Total</b>	<b>97.767</b>

### 24.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	<u>2024</u>	<u>Fluxos de caixa</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Novos arrendamentos</u>	<u>Outros (*)</u>	<u>2025</u>
Capital social	160.331	547.568	-	-	-	707.899
Empréstimos e financiamentos	134.830	-	(8.855)	-	8.764	134.739
Debêntures	1.458.670	(378.628)	(43.569)	-	168.027	1.204.500
Passivo de arrendamento	11.295	(1.006)	(1.256)	154	1.256	10.443
<b>Total</b>	<b>1.604.795</b>	<b>167.934</b>	<b>(53.680)</b>	<b>154</b>	<b>178.047</b>	<b>2.057.581</b>

(\*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

\* \* \*

## **Conselho de Administração**

### *Titulares*

Augusto Miranda da Paz Júnior  
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

André Pentagna Guimarães Salazar

José Ailton Rodrigues

Cristiano de Lima Logrado

### *Suplentes*

José Silva Sobral Neto

Tatiana Queiroga Vasques

Lucas Magalhães Vasconcelos

Agnelo Coelho Neto

Ênio da Cunha Leal

## **Diretoria Executiva**

Augusto Dantas Borges  
Diretor Presidente

Henderson Rovay Diretor  
Administrativo-Financeiro-Comercial

Fernando Rettore Neto  
Diretor Técnico

Bruno Pinheiro Macedo Couto  
Superintendente de Ativos e Contabilidade  
Contador CRC MA-011842/O-3 S-AP

## Relatório da Administração 2025

A Administração da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As informações não financeiras da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes

### Destaques de 2025

---

- ▶ O **volume** de água e esgoto faturada no ano foi de 25,9 milhões de m<sup>3</sup>, aumento de 7% contra o ano de 2024.
  - ▶ As **Economias** faturadas atingiram o total de 96.415 em 2025.
  - ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** sem receita de construção totalizou R\$ 101 milhões, aumento de 11,3% contra o ano anterior.
  - ▶ O **Prejuízo** foi de R\$ 486 milhões em 2025, declínio de 141% no resultado frente ao prejuízo de R\$ 202 milhões em 2024.
  - ▶ Os **investimentos** da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá somaram R\$ 105 milhões em 2025, redução de 17% *versus* o ano anterior.
-

## Mensagem do Presidente

---

Em 2025 trabalhamos fortes com foco na mobilização e integração das equipes, nas oportunidades de melhorias operacionais, continuidade e expansão da cultura na companhia com o objetivo de estruturar, solidificar e transformar a CSA em referência no setor de saneamento, com entrega de um novo centro reservatório no município de Santana, início da construção de um novo centro reservatório em Macapá, os quais trazem benefícios para a comunidade de acesso ao abastecimento de água além expansão e renovação do parque de hidrômetros

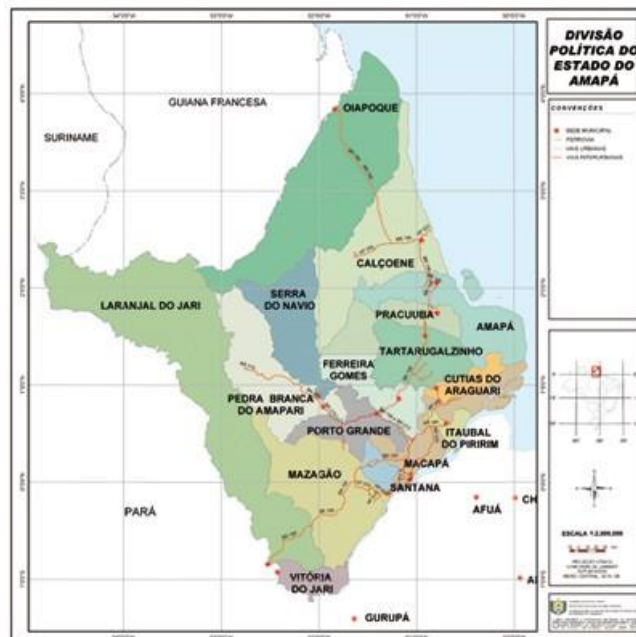
Acreditamos que com a expertise do Grupo Equatorial e da SAM Ambiental e com a continuidade dos processos e padrões já implementados desde a assunção, avançaremos cada dia mais para o sucesso aqui no Amapá.

**Augusto Dantas Borges**  
**Diretor-Presidente**

---

## Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Amapá

### Ambiente econômico e perspectivas no Estado do Amapá



Fonte: Atlas das UC's no Amapá - SEMA/IBAMA 2008

Amapá	
Capital	Macapá
Área (km <sup>2</sup> )	142.254
Número de Municípios	16
População Estimada 2025	806.517
Cres. Estimado PIB AP	5,0%
Cres. Estimado PIB BR	2,5%
Rendimento mensal domiciliar per capita (2025)	R\$ 1.697,00
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	5,15

Fonte: IBGE. Indicadores Econômicos do Amapá – 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html>. Acesso em: 26 fev. 2026.

Os dados econômicos apresentados na tabela abrangem todo o estado do Amapá. Considerando os valores mais recentes do IBGE, o Estado do Amapá tem uma população estimada em 806.517 habitantes distribuídos em 16 municípios e uma área territorial de cerca de 142.254 km<sup>2</sup>.

## Número de consumidores

Economias	2023	2024	2025
Residencial	77.158	90.737	91.580
Comercial	3.606	4.021	4.034
Industrial	23	12	10
Poder Público	698	661	791
<b>Total</b>	<b>81.485</b>	<b>95.431</b>	<b>96.415</b>
<b>Var.</b>		<b>17%</b>	<b>1%</b>

Em 2025, o total de economias foi de 96.415, com crescimento de 1% em relação a 2024. A categoria residencial representou 95% do total. Esse aumento decorre do avanço no cadastro de novos clientes, especialmente na categorias residencial e comercial, também da migração entre categorias ocorridas por atualização de cadastro.

## Assuntos Regulatórios

### Reajuste Tarifário 2025:

Em 30 de julho de 2025, foi publicada a Resolução nº 008/2025, que homologou o Reajuste Tarifário Anual da Concessionária de Saneamento do Amapá - CSA, fixando o percentual de 8,1137% sobre as tarifas vigentes, em conformidade com as disposições contratuais e regulatórias aplicáveis. O reajuste ficou vigente em 30 de agosto de 2025 e se prolonga até 29 de agosto de 2026.

## Relatório de Ações Sociais - ESG

---

O Programa Jornada de Segurança no Grupo Equatorial expandiu sua atuação para além das operações, com investimento de R\$ 3,4 milhões na manutenção e aprimoramento das iniciativas, contribuindo para a cultura de prevenção e a proteção da população.

Entre as principais ações realizadas estão:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Como resultado dessas iniciativas, os acidentes envolvendo a população apresentaram redução em relação a 2024. Os acidentes graves caíram de 48 para 21 ocorrências, os leves diminuíram de 45 para 40 casos, e os fatais passaram de 90 para 89. Já os casos envolvendo apenas danos materiais aumentaram de 3 para 7 registros.

Iniciado em 2024, o Programa de Voluntariado corporativo do Grupo Equatorial avançou em 2025 em seu processo de consolidação, com foco no fortalecimento do engajamento dos colaboradores. Ao longo do período, o E+ Energia Voluntária mobilizou mais de 2.000 participantes, alcançando 55% de participação ativa em ações sociais. A iniciativa é apoiada por uma plataforma dedicada que permite aos colaboradores propor e liderar projetos, estimulando o protagonismo social e ampliando o impacto positivo junto às comunidades.

Em paralelo, 2025 marcou a consolidação do Instituto Equatorial como a estrutura responsável por organizar e potencializar o investimento social privado do Grupo. Presente nos sete estados de atuação da Companhia, o Instituto já impacta diretamente mais de 120 mil pessoas, evidenciando a expansão consistente do alcance social. Esse amadurecimento institucional também se refletiu em reconhecimento externo: o Instituto conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela ABRH-MA, na categoria ESG, com o case “Diálogo Equatorial: integrando inteligência social no fortalecimento de laços sociais”, resultado obtido com menos de um ano de atuação. A estratégia que sustenta esses avanços parte da compreensão de que a transformação social se constrói de forma colaborativa, a partir da escuta qualificada e do reconhecimento do protagonismo das comunidades. Nesse contexto, o Instituto conduziu uma revisão estratégica estruturada, com apoio de consultoria especializada em terceiro setor e investimento social privado, que resultou na atualização de sua missão, valores e direcionadores de atuação. Organizada em eixos complementares de articulação institucional, comunicação e investimento social para o desenvolvimento comunitário, a atuação do Instituto ocorre de forma integrada às áreas corporativas, evitando sobreposição de iniciativas e, externamente, por meio do fortalecimento de parcerias que ampliam a capilaridade e a efetividade das ações.

Em 2025, o Grupo Equatorial também apresentou avanços consistentes e estruturados em sua estratégia climática e em sua agenda de sustentabilidade e gestão corporativa. A Companhia manteve a score B no CDP Mudanças Climáticas e, pela primeira vez, realizou o reporte ao CDP Segurança Hídrica, alcançando a score C, resultados que evidenciam a evolução da gestão de riscos e impactos ambientais, o fortalecimento das práticas de governança e o maior engajamento da cadeia de valor nos temas climáticos e hídricos. Em linha com esse movimento, o Grupo passou a ocupar a 22ª posição no ISE Bovespa (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando a consistência de sua trajetória de amadurecimento em práticas ESG e a integração crescente da sustentabilidade à estratégia do negócio. Esse conjunto de avanços também se refletiu na atuação do Grupo na COP 30, que foi resultado de um planejamento técnico integrado e antecipado, mobilizando desde a alta liderança até as equipes operacionais, com foco na segurança e na confiabilidade do sistema elétrico. A Companhia investiu cerca de R\$ 95 milhões na preparação da infraestrutura em Belém (PA) e região, estruturando planos de contingência, medidas de segurança física e cibernética e ações de conscientização interna. Durante o evento, o sistema operou sem intercorrências, com todas as demandas atendidas.

Paralelamente, o Grupo contribuiu tecnicamente para a agenda de transição energética no Pará, com destaque para a desativação de 19 usinas térmicas a diesel e o planejamento de retirada de outras 11, deixando como legado melhorias estruturais que ampliam a confiabilidade, a resiliência da rede e a qualidade do serviço prestado à população.

---

## Desempenho Econômico-Financeiro

---

### Receita líquida

Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado em 2025 foi de R\$ 101 milhões contra 91 milhões em 2024, representando um aumento de R\$ 10 milhões ou 11%.

### Custos e despesas operacionais

No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização, foi de R\$ 380 milhões, em comparação aos R\$ 97 milhões em 2024. Representando um aumento de R\$ 283 milhões.

### EBITDA

Em 2025, o EBITDA apresentou resultado negativo de R\$ 279 milhões, mostrando uma queda significativa em relação aos R\$ 6 milhões negativos registrados em 2024.

### Resultado financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 175 milhões, apresentando aumento em comparação aos R\$ 166 milhões negativos reportados em 2024.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025 e em 2024 não houve despesas de IRPJ e CSLL.

### Prejuízo do Exercício

Em 2025, a CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá apurou um prejuízo líquido de R\$ 486 milhões, o que representa um aumento de R\$ 284 milhões em relação ao prejuízo de R\$ 202 milhões registrado em 2024.

### Endividamento

No fechamento de 2025, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1,3 bilhão, uma redução de 16% em relação ao R\$ 1,6 bilhão registrado em 2024.

## Investimentos

Investimentos	2023	2024	2025
Projetos em Construção	33	84	39
Manutenção, Renovação e Melhorias	30	30	60
Outros Investimentos	10	13	6
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>127</b>	<b>105</b>

Em 2025, os investimentos da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá totalizaram R\$ 105 milhões. Sendo direcionados 37% em projetos em construção, 57% em manutenção, renovação e melhorias e 6% com outros investimentos.

- **Projetos em construção:**

O principal destaque da rubrica e o projeto “RESERVAÇÃO”, com as principais obras dos centros reservatórios Buritizal e Paraíso.

- O centro reservatório Paraíso tem como objetivo melhorar o abastecimento e garantir a continuidade do mesmo, substituindo o sistema de captação através de poços (abastecimento intermitente), ligando o reservatório a estação de tratamento do município de Santana;
- O centro reservatório Buritizal visa fortalecer nosso plano de universalização, proporcionando maior robustez operacional no município de Macapá.

- **Manutenção, renovação e melhorias:**

Nesta rubrica, destacam-se os projetos “SE LIGA NA REDE” e “PONTES PARA O FUTURO”, ambos voltados a ampliação da rede, hidrometração e expansão da base de clientes.

Também houve investimento relevante em macromedidores e medidores de pressão, com foco na modernização da rede e na melhoria da aferição dos volumes produzidos e monitoramento da pressão ao longo da rede.

- **Outros investimentos:**

O principal investimento da rubrica refere-se à concepção de projetos, principalmente das demarcações geográficas para o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos 16 municípios. Destaca-se também o projeto de regularização de sistemas isolados assumidos com apoio de intervenção do Ministério Público.

## Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade de mulheres e proporção de remuneração entre nossos colaboradores.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	1	-	-	-
Alta Liderança	2	-	2	-
Média Liderança	5	20,00	3	-
Equipe	234	22,65	239	23,43
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>22,31</b>	<b>244</b>	<b>22,95</b>

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	-	-
Alta Liderança	-	-
Média Liderança	-	-
Equipe	1,45	1,66
<b>Total</b>	<b>1,17</b>	<b>1,06</b>

**Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil:**

- A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano;
- A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total;

**Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico:**

- A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico;

As informações das tabelas consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico que sejam remuneradas na respectiva Companhia. Esclarecemos que há membros da administração da Companhia que são remuneradas por outra(s) companhia(s) do Grupo Equatorial.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

### **Relacionamento com auditores externos**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Dantas Borges, Diretor-Presidente; Henderson Rovay, Fernando Rettore Neto e Bruno Pinheiro Macedo Couto, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

### **Serviços prestados pelo Auditor Independente**

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguarção limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguarção limitada sobre outras contas a receber; asseguarção limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras *pro forma* e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

#### **Diretoria Executiva**

Augusto Dantas Borges

Diretor Presidente

Henderson Rovay

Diretor

Fernando Rettore Neto

Diretor

#### **Conselho de Administração**

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Cristiano de Lima Logrado

José Ailton Rodrigues

André Pentagna Guimarães Salazar

José Silva Sobral Neto

Tatiana Queiroga Vasques

Ênio da Cunha Leal

Agnelo Coelho Neto

Lucas Magalhães Vasconcelos